

## PERSPECTIVA DA DEPENDÊNCIA DE RECURSOS E NATUREZA DA CIÊNCIA SOCIAL EM TEORIA ORGANIZACIONAL

**Eduardo Dias Leite**

Instituto Federal de Brasília – Campus Taguatinga Centro

[eduardo.leite@ifb.edu.br](mailto:eduardo.leite@ifb.edu.br)

### RESUMO

Este ensaio teórico tem por objetivo compreender a relevância da perspectiva da dependência de recursos e da natureza da ciência social para a teoria organizacional. Assim, investiga-se o contexto de da interdependência de organizações e incerteza ambiental, bem como pressupostas sobre a natureza da ciência social, segundo os pressupostos da ontologia, epistemologia, natureza humana e metodologia. Neste trabalho procuramos realizar uma análise bibliográfica, através de publicações que investigaram esse tema, onde colocamos uma ênfase no conhecimento, como um relevante recurso intangível para as organizações. Os resultados nos permitem concluir que o processo de geração de conhecimento, bem como a sua difusão e transmissão, representa uma fonte essencial de recursos para as organizações que consideramos uma lacuna a ser investigada.

**Palavras-chaves:** conhecimento, dependência de recurso, organizações.

### ABSTRACT

This theoretical essay aims to understand the relevance of the perspective of resource dependence and the nature of social science to organizational theory. Thus, we investigate the context of the interdependence of organizations and environmental uncertainty, as well as assumptions about the nature of social science, according to the assumptions of ontology, epistemology, human nature and methodology. In this work we seek to carry out a bibliographic analysis, through publications that investigate this theme, where we place an emphasis on knowledge, as a relevant intangible resource for organizations. The results allow us to conclude that the process of knowledge generation, as well as its diffusion and transmission, represents an essential source of resources for the organizations that we consider a gap to be investigated.

**Keywords:** knowledge, resource dependency, organizations.

### 1. INTRODUÇÃO

As organizações se encontram diante de um cenário de rara complexidade, no mundo corporativo e na sociedade em geral, onde fenômenos econômicos e sociais de alcance mundial, como a globalização da economia e a generalização do uso da tecnologia da informação, são responsáveis pela reestruturação do ambiente e do modo de vida. A ideia aceita é que as organizações são afetadas pelo ambiente em que atuam, desse modo há diversas teorias organizacionais que servem como subsídio para a análise dessa realidade, incluindo a dependência de recursos e a teoria social por meio de seus pressupostos.

Nesse contexto, o objetivo do presente ensaio é compreender a relevância da perspectiva da dependência de recursos e da natureza da ciência social para a teoria organizacional.

Este estudo se justifica pela necessidade de um aprofundamento do estudo da perspectiva da dependência de recursos e da natureza da ciência social para a teoria organizacional, demonstrando a importância dessas teorias e, também, do conhecimento como uma fonte de recursos nas organizações. Quanto a natureza da ciência social para a teoria organizacional, busca-se enfatizar o papel desempenhado na geração de teoria e pesquisa social e, especificamente, os pressupostos da ontologia, epistemologia, natureza humana e metodologia.

A perspectiva da dependência de recursos adota como unidade fundamental de análise os recursos e capacidades controladas pela organização. Dessa forma, a teoria da dependência dos recursos começou a tornar as firmas extremamente competentes naquilo que consideram que é seu negócio principal. As organizações passaram a aperfeiçoar tecnologias, conhecimentos ou produtos específicos de difícil desenvolvimento e inviável financeiramente para outra firma que não tenha o desenvolvimento dessa tecnologia como negócio principal. Então, é importante entender com se dá a relação de cooperação e de dependência entre as organizações de uma aglomeração produtiva industrial.

## **2. A TEORIA DA DEPENDÊNCIA DE RECURSOS – RDT**

Na década de 80, e, sobretudo, já nos anos 90, se ha desenvolvido uma teoria da vantagem competitiva que procura as causas da competitividade empresarial no interior das empresas. Este planteamento foi criado recentemente por um grupo de autores que podem se agrupar na chamada Teoria de Recursos e que tem seus precedentes em Penrose (1959). Esta teoria surge da insatisfação do paradigma estrutura-conduta-resultados, própria da Economia Industrial, para explicar as bases da competitividade empresarial (BAIN, 1959; PORTER, 1980).

A Teoria de Recursos apoiada por autores como: Wernerfelt (1984), Barney (1991), Grant (1991), Mahoney e Pandian (1992) e Peteraf (1993), analisa a natureza da competência da empresa e do valor como fonte de vantagens competitivas.

Segundo Hillman et al. (2009), a Teoria da Dependência de Recursos reconhece a influência de fatores externos no comportamento organizacional e, embora limitados

pelo seu contexto, uma forma de potencializar a organização para enfrentar as adversidades externas é a difusão do conhecimento, onde os atores podem agir para reduzir a incerteza ambiental e dependência, nos últimos trinta anos o RDT foi amplamente aplicado em todo o domínio de pesquisa para explicar como as organizações reduzem a interdependência ambiental e a incerteza. Nisso revisão, os autores avaliam o desenvolvimento conceitual, pesquisa empírica e sua aplicação.

A concentração do controle de discricção sobre os recursos é de suma importância para a organização, que determina a dependência da organização focal sobre um determinado grupo ou organização e tem o conhecimento como uma forte alternativa dentro dessa teoria. A dependência pode ser definida como o produto da importância de uma determinada entrada ou saída para a organização e até que ponto ela é controlada por um relativamente poucas organizações. Um recurso que não é importante para a organização não pode criar uma situação de dependência, independentemente de como o controle concentrado sobre o recurso é. Além disso, independentemente de quão importante é o recurso, a menos que seja controlado por poucas organizações, a organização focal não vai ser particularmente dependente de nenhum deles. Quando existem muitas fontes de fornecimento ou potenciais clientes, o poder de qualquer um é correspondentemente reduzida (PFEFFER; SALANCIK 1978).

Pfeffer e Salancik (1978) argumentam que a organização termina e o ambiente começa no ponto onde o controle da organização sobre as atividades diminui e o controle de outras organizações ou indivíduos começa. Neste ponto, as trocas com o meio ambiente têm lugar, e a organização é vulnerável. É aberto à influência; ele pode não conseguir a troca necessária. Se a troca é importante para a organização, a organização deve tentar gerir a sua interdependência, estendendo seu próprio controle para essas áreas vitais. Neste contexto, o conhecimento surge como um recurso de fundamental importancia, alternativamente, a organização poderá alterar a sua própria situação de interdependência. Pode aumentar o seu domínio próprio, de modo que aquelas organizações com quem ela se relaciona tornam-se relativamente mais dependentes dela. E, finalmente, a organização pode reduzir o domínio de outras organizações, diminuindo sua dependência. Estas estratégias podem ser vistas como meios pelos quais a organização tenta reestruturar as condições de interdependência com seu meio ambiente.

Um estudo realizado por Hoffmann, Nascimento e Molina-Morales (2008), sobre os recursos estratégicos de três distritos industriais, demonstra a existência de um

alto conhecimento, que é local, nas três aglomerações analisadas. O conhecimento se configura como um recurso, caracterizado como intangível (Wernerfelt, 1984), que as organizações podem se beneficiar, em detrimento daquelas que estão fora da aglomeração produtiva industrial. Esse recurso, tipicamente de acesso (Barney, 1991), reduz o risco competitivo dessas indústrias localmente aglomeradas.

O conhecimento pertence à família de recursos organizacionais intangíveis, como sistemas de gerenciamento, identidade de marca, informações de clientes e reputação corporativa. O conceito de conhecimento deve ser distinguido do conceito de informação. A informação é um conjunto de dados com significado para o assunto e para um momento específico. No entanto, nem todas as informações são conhecimentos. A informação deve ser interpretada pelo destinatário e combinada com suas habilidades para que possa ser conhecimento. O conhecimento é, portanto, mais complexo do que a informação e está vinculado à ação e à tomada de decisões. Além disso, graças às relações entre as pessoas, o conhecimento é compartilhado, dando origem à transferência de conhecimento. Nesse sentido, para se beneficiar do conhecimento, as ferramentas necessárias devem estar disponíveis dentro da organização para se possa desenvolver, transformar e usar (BUENO 1998, MORENO-LUZÓN et al., 2001; PASCARELLA, 1997). O valor do conhecimento aumenta quando tem um propósito chave e se concentra em missão, valores fundamentais e prioridades estratégicas. Recursos como o conhecimento existem e merecem ser cultivados apenas no contexto da estratégia usada para aplicá-los (PASCARELLA, 1997, STEWART, 1995, WAH, 1999).

### **3. PRESSUPOSTOS SOBRE A NATUREZA DA CIÊNCIA SOCIAL**

Para Burrell & Morgan (1979), todas as teorias de organização são baseadas em uma filosofia da ciência e em uma teoria da sociedade, eles procuram examinar os pressupostos filosóficos que trazem as diferentes abordagens à ciência social. Argumentam que é conveniente conceituar ciência social em termos de quatro conjuntos de pressupostos relativos a ontologia, a epistemologia, a natureza humana e a metodologias. De fato, a maior parte está localizada dentro do contexto de um alcance relativamente estreito de possibilidades teóricas que definem esses paradigmas. Não é nenhum exagero, portanto, sugerir que a empresa social-científica, em geral é construída sobre um conjunto extremamente estreito de pressupostos metateóricos. Essa

concentração de esforço em uma área relativamente estreita define o que normalmente é considerado como a ortodoxia dominante dentro deste assunto. Porque essa ortodoxia é tão dominante e forte, que seus adeptos muitas vezes dão por certo o direito e essas evidências. Perspectivas rivais dentro do mesmo paradigma ou fora seus limites aparecem como satélites definindo pontos alternativos de visão. O seu impacto sobre a ortodoxia, no entanto, raramente é muito significativo. Eles raramente são fortes o suficiente para se estabelecer como algo mais do que um conjunto de abordagens um tanto desviantes. Como as possibilidades que oferecem raramente são exploradas, permitem um fácil entendimento.

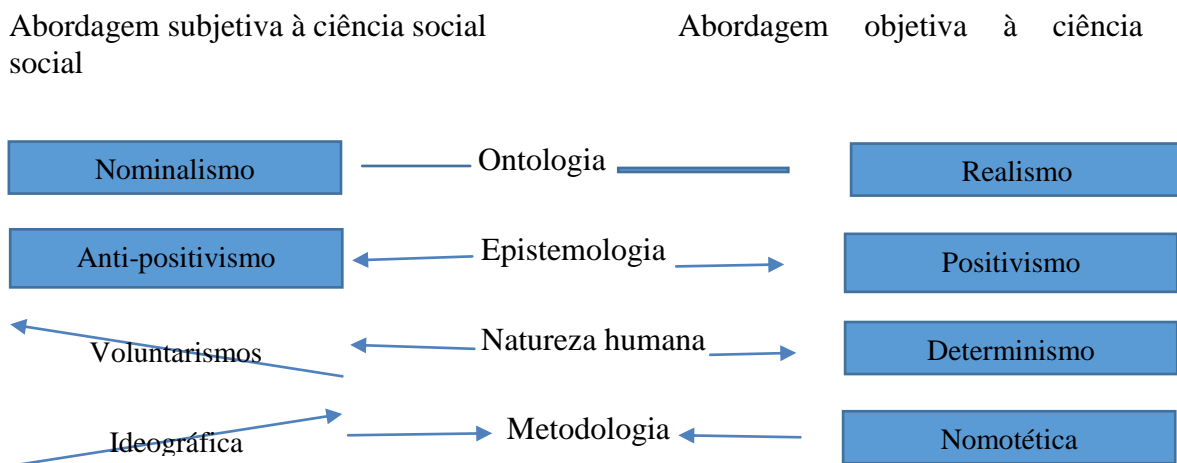
A teoria social pode ser concebida em termos de quatro paradigmas chaves, baseados em diferentes conjuntos de pressupostos sobre a natureza da ciência social e sobre a natureza da sociedade. Para entender os pontos de vista alternativos, é importante que um teórico esteja plenamente consciente dos pressupostos sobre os quais a sua própria perspectiva é baseada. Tal apreciação envolve uma intelectual jornada que o leva para fora do seu próprio domínio familiar. Isto exige que ele se torne ciente dos limites que definem sua perspectiva, exige que ele viaje para o inexplorado, exige que ele se familiarize com os paradigmas que não são dele. Só então ele pode olhar para trás e apreciar em plena medida, a natureza precisa do seu ponto de partida e domínios que ele provavelmente não explorou antes. É uma viagem sobre a qual, os autores, sem querer, embarcam como resultado de certas dúvidas e incertezas sobre a utilidade e validade de muitas teorias contemporâneas e pesquisa em nosso assunto.

Segundo Burrell & Morgan (1979), os teóricos nem sempre são muito explícitos sobre os pressupostos básicos que informam seu ponto de vista, é claro que todos tomam posição em cada uma dessas questões. Quando eles estão conscientes disso, eles trazem o assunto de estudo em um quadro de referência que reflete uma série de pressupostos sobre a natureza do mundo social e a maneira como ele pode ser investigado.

A sociologia da década de 1960 tinha se concentrado no debate sobre o ordem e conflito, onde a sociologia enfatiza o problema da ordem ou o problema de conflito e mudança. No final dos anos 60, o debate tinha sido declarado como morto, e essas duas visões da sociedade foram vistas meramente como dois aspectos da mesma problemática. Ao analisar a literatura relevante para este debate, nos damos conta cada vez mais que aquele debate tinha encontrado uma morte prematura (Burrell & Morgan, 1979).

Na figura 1, temos um breve esboço dos vários pontos de apoio ontológicos, epistemológicos, humanos e metodológicos, que caracterizam as abordagens à ciência social, onde se procura ilustrar duas perspectivas amplas e de certo modo polarizadas, buscando retratar estas perspectivas em um modelo mais rigoroso em termos do que se descreve como a dimensão objetiva e subjetiva. Este modelo procura identificar os quatro conjuntos de pressupostos que são relevantes para o entendimento da ciência social, caracterizando cada um por seus rótulos descritivos sob os quais eles têm sido debatidos na literatura de filosofia social.

**Figura 1:** A dimensão objetiva e subjetiva



Fonte: elaboração própria, com base em Burrell e Morgan (1979)

#### 4. DEBATES SOBRE OS PRESSUPOSTOS

##### *O Debate Ontológico.: Nominalismo - realismo.*

De acordo com Burrell & Morgan (1979), estes termos têm sido objeto de muita discussão na literatura e há grandes áreas de controvérsia em torno delas. A posição nominalista gira em torno do pressuposto de que o mundo social externo à cognição do indivíduo é construído de nada mais que nomes, conceitos e títulos que são usados para estruturar a realidade. O nominalista não admite a existência de qualquer estrutura “real” para o mundo em que tais conceitos são usados para descrever. Os nomes usados são vistos como criações artificiais cuja utilidade é baseada em suas conveniências como ferramentas para descrever, dar sentido de e negociar com o mundo externo. O

nominalismo é frequentemente comparado com o convencionalismo, e nós não faremos qualquer distinção entre eles.

O mundo social externo cognição do indivíduo, é um mundo real composto de estruturas concretas, tangíveis e relativamente imutáveis, conforme postula o realismo. Quer nós as percebamos e as rotulemos ou não, ainda assim, elas existem independentemente de nós, como entidades empíricas. Podemos até não estarem conscientes de certas estruturas cruciais e apesar disto não termos nomes ou conceitos para articulá-las. Para o realista, o mundo social existe independentemente de uma apreciação dele pelo indivíduo. O indivíduo nasce e vive dentro de um mundo social que tem sua própria realidade. Não há nada que o indivíduo possa criar - ele existe "lá fora". Ontologicamente ele é anterior à existência e consciência de qualquer ser humano em particular. Para o realista, o mundo social tem uma existência que é sólida e concreta como o mundo natural.

*O Debate Epistemológico: Positivismo - Antipositivismo.*

Burrell e Morgan (1979), afirmam que a palavra "positivista" do mesmo modo que a palavra "burguesia" tem se tornado mais um epíteto depreciativo do que um conceito descritivo útil. Os autores procuram usá-lo aqui nesse último sentido, como um conceito descritivo que pode ser utilizado para caracterizar um tipo particular de epistemologia. Muitas das descrições do positivismo em uso corrente, se referem a uma ou mais das dimensões ontológicas, epistemológicas e metodológicas do esquema para analisar pressupostos com relação a ciência social. Ele é também algumas vezes erradamente equiparado com o empirismo. Tais misturas encobrem questões básicas e contribui para o uso do termo no sentido depreciativo.

O termo "positivista" aqui é utilizado para caracterizar epistemologias que buscam explicar e prever o que acontece no mundo social, pela procura de regularidades e relações causais entre seus elementos constituintes. A epistemologia positivista é, em essência, baseada nas abordagens tradicionais que dominam as ciências naturais. Os positivistas podem diferir em termos de abordagens detalhadas. Alguns poderiam defender, por exemplo, que regularidades estabelecidas como hipóteses podem ser verificadas através de um programa de pesquisa experimental adequado (BURRELL; MORGAN, 1979).

Segundo Burrell e Morgan (1979), a epistemologia do anti-positivismo pode tomar várias formas, porém se coloca firmemente contra a inutilidade da busca de leis e

de regularidades subjacentes e de relações causais no mundo dos afazeres sociais. Para os anti-positivistas, o mundo social é essencialmente relativista e pode somente ser entendido do ponto de vista dos indivíduos que estão diretamente envolvidos nas atividades que estão sendo estudadas. Os anti-positivistas rejeitam o ponto de vista do “observador”, que caracteriza a epistemologia positivista, como um ponto vantajoso para entender as atividades humanas. Eles sustentam que uma pessoa somente pode entender esta epistemologia, ocupando-se de um quadro de referência do participante na ação. A pessoa tem que entender a partir de dentro ao invés de fora. Deste ponto de vista a ciência social é vista como essencialmente subjetiva em lugar de um empreendimento objetivo. Os anti-positivistas tendem a rejeitar a noção de que a ciência pode gerar conhecimento objetivo de qualquer espécie.

***O Debate sobre a "Natureza Humana": Voluntarismo - Determinismo.***

O debate sobre a natureza humana gira em torno do “modelo de homem” contido em uma dada teoria social científica. Em um extremo está a visão “determinista” que vê o homem e suas atividades como sendo completamente determinadas pela situação ou pelo ambiente em que ele se situa. No outro extremo identificamos a visão “voluntarista” do homem completamente autônomo e possuidor de livre arbítrio. Até onde alcançam as teorias sociais no que concerne o entendimento das atividades humanas, elas devem se inclinar implícita ou explicitamente para um ou outro destes pontos de vista, ou adotar um ponto intermediário que permite a influência tanto de fatores situacionais ou voluntários na constatação de atividades dos seres humanos. Tais pressupostos são elementos essenciais nas teorias sociais científicas, uma vez que define em termos amplos a natureza das relações entre o homem e a sociedade em que ele vive.

***O Debate Metodológico: Teoria Ideográfica - Nomotética.***

A abordagem “ideográfica” à ciência social é baseada no ponto de vista que só se pode entender o mundo social pela obtenção, em primeira mão, do “conhecimento” sob Investigação.

Esta abordagem, segundo Burrell & Morgan (1979), coloca considerável ênfase no tornar-se mais próximo do subjetivo das pessoas e em explorar seus detalhados backgrounds e história de vida. A abordagem “ideográfica” enfatiza a análise das constatações subjetivas que uma pessoa gera ao “penetrar” em situações e ao se



envolver no fluxo da vida diária. A análise detalhada das descobertas geradas por tais encontros com o subjetivo da pessoa e as descobertas reveladas de constatações impressionísticas encontradas em diários, biografias e registros jornalísticos. O método ideográfico ressalta a importância de se deixar que o próprio subjetivo da pessoa revele sua natureza e características durante o processo de investigação.

A abordagem “nomotética” à ciência social coloca ênfase na importância de basear pesquisa em protocolo sistemático e em técnica. Ela pode ser condensada nas abordagens e métodos empregados nas ciências naturais que focalizam o processo de testar hipóteses de acordo com os cânones do rigor científico. Ela está preocupada com a construção de testes científicos e no uso de técnicas quantitativas para a análise de dados. Pesquisa de dados, questionários, testes de personalidade e instrumentos de pesquisa padronizados de todos os tipos são proeminentes entre as ferramentas que compreende a metodologia nomotética.

Burrell & Morgan (1979), fazem uma análise desses quatro conjuntos de pressupostos com relação a natureza da ciência social que proporcionam uma poderosa ferramenta para a análise da teoria social. Na maioria da literatura há uma tendência a misturar os assuntos que estão envolvidos. Argumentam que vantagens consideráveis decorrem de se tratar estas quatro linhas de debate científico social como analiticamente distintos, embora na prática haja frequentemente uma forte relação entre as posições adotadas em cada uma das quatro linhas, os pressupostos sobre cada uma delas podem de fato variar grandemente. É de bom alvitre examinar este ponto em mais detalhe.

## **5. PRESSUPOSTOS SOBRE A NATUREZA DA SOCIEDADE: O DEBATE ORDEM – CONFLITO**

Nas últimas décadas se tem testemunhado um número de tentativas de sociólogos em delinear as diferenças que separam as várias escolas de pensamento e os pressupostos meta-sociológicos que elas refletem.

Foram Dahrendorf (1959) e Lockwood (1956) quem iniciaram a distinção entre aquelas abordagens à sociologia que se concentraram em explicar a natureza da ordem e do equilíbrio social por um lado, e daquelas que tinham mais a ver com problemas de mudança, conflito e coerção nas estruturas sociais por outro. Os "teóricos da ordem" eram bem mais numerosos do que os "teóricos do conflito".

No entanto, no entender de Burrell & Morgan (1979), ao revisar as fontes intelectuais e os fundamentos do debate ordem e conflito, se é forçado a concluir que este debate teve uma morte prematura. Dahrendorf e Lockwood pensaram em revitalizar o trabalho de Marx através de seus escritos e a resgatá-los conduzindo-os a um lugar central na teoria sociológica, uma vez que Marx sempre foi grandemente ignorado por renomados sociólogos, cujo principal interesse era o da ordem social. Era em Marx que estava a preocupação com o papel do conflito como uma força impulsora por traz da mudança social. Dito desta maneira, portanto, o debate está comprometido com diferenças de perspectivas e de interesses de teóricos sociais proeminentes do século dezanove e início do século vinte. A sociologia moderna tem feito pouco mais do que articular e desenvolver os temas básicos iniciados por aqueles pioneiros da análise social.

## 6. CONCLUSÃO

Os paradigmas da teoria organizacional, no âmbito dos pressupostos sobre a natureza da ciência social, estudam a compreensão do conhecimento como um recurso dos quais as organizações são dependentes.

Associado às questões ontológicas, todas as ciências sociais, devem ser resultado deste tipo de suposição, uma vez que a vida humana é essencialmente o sujeito e o objeto de investigação. Os conjuntos de pressupostos têm consequências importantes para a forma como se tenta investigar e obter “conhecimento” sobre o mundo social. Diferentes ontologias, epistemologias e modelos de natureza humana tendem a inclinar cientistas sociais para diferentes metodologias. A principal preocupação é com a compreensão da maneira como o indivíduo cria, modifica e interpreta o mundo em que ele se encontra. Esta abordagem questiona se existe uma realidade externa digna de estudo.

A Teoria da Dependência de Recursos - RDT reconhece a influência de fatores externos no comportamento organizacional e, embora limitados pelo seu contexto, o conhecimento pode ser uma fonte de recurso para reduzir a incerteza ambiental e a dependência.

Assim, para uma pesquisa na área propõe-se um estudo sobre conhecimento como uma fonte de recursos distintivos para as organizações, cujos aspectos metodológicos seriam desenvolvidos, conforme Burrell e Morgan (1979), com caráter epistemológico tanto positivista quanto antipositivismo e debate metodológico ideográfico e

nomotética. Para tanto, a proposta de pesquisa é abordagem quali-quantitativa, sendo a primeira de enfoque quantitativo para estimação de parâmetros em um modelo conceitual, visando investigar hipóteses sobre a dependência do recurso conhecimento entre as organizações e a influência de sua transmissão para o desempenho organizacional, por meio de uma modelagem de equações estruturais. A segunda fase seria qualitativa para análise de casos em suas peculiaridades locais e temporais, a partir de expressões e atividades das pessoas em seus contextos com entrevistas e análises de seus conteúdos.

### REFERÊNCIAS

- Bain, J. S. (1959). *Industrial Organization*. John Wiley, New York.
- Barney, J. B. (1991). Firm Resources and Sustained Competitive Advantage. *Journal of management*, v. 17, p. 99-120.
- Bueno, E. (1998). El capital intangible como clave estratégica en la competencia actual. *Boletín de Estudios Económicos*, v. 53, n. 164, p. 207-229.
- Burrell, G. & Morgan, G. (1979). *Sociological paradigms and organizational analysis*. London: Heinemann Educational Books.
- Dahendorf, R. (1959). *Class and Class Conflict in Industrial Society*, Stanford University Press. Stanford, California.
- Grant, R.M. (1991). The Resource-Based Theory of Competitive Advantage: Implications for Strategy Formulation. *California Management Review*, v. 33, p. 114-135.
- Hillman, A. J., Withers, M. C., Brian, J. & Collins, B. J. (2009). Resource Dependence Theory: A Review, *Journal of Management*, v. 35, n. 6, p. 1404-1427.
- Hoffmann, V. E., Nascimento, M. R. & Molina-Morales, F. X. (2008). Competitividade e organizações aglomeradas territorialmente: um estudo a partir dos recursos estratégico. In: CRUZ, J. A. W.; MARTINS, T. S.; AUGUSTO, P. O. M.(org.). *Redes sociais e organizacionais em administração*. Curitiba: Juruá.
- Lockwood, D. (1964). Social Integration and System Integration, in: Zollschan, G.K. & Hirsch, W., eds., *Explorations in Social Change*, Routledge & Kegan, London. p. 124-137.
- Mahoney, J.T. & Pandian, J. R. (1992)- The Resource-Based View within the Conversation of Strategic Management. *Strategic Management Journal*, v.13, p. 363-380.

Moreno-Luzón, M., Balbastre, F., Escribá, M., Lloria, M., Martínez, J., Méndez, M. & Peris, F. (2001). *La Generación de Conocimiento en la Organización: Propuesta de un Modelo Integrador de los Distintos Niveles Ontológicos de Aprendizaje*, Universitat de Valencia, 126, Valencia, Spain.

Pascarella, P. (1997). Harnessing knowledge, *Management Review*, october, p. 37-40.

Penrose, Edith T. (1959). *The theory of growth of the firm*. New York: Wiley.

Pfeffer, J. & Salancik G. R. (2003). *The External Control of Organizations*, Stanford Business Books, Stanford, California.

Peteraf, M. A. (1993). The Cornerstones of Competitive Advantage: A Resource-Based View. *Strategic Management Journal*, v. 14, p. 179-191.

Porter, M. E. (1980). *Competitive Strategy: Techniques for Analyzing Industries and Competitors*. The Free Press, New York.

Stewart, T.A. & Kaufman, D.C. (1995). Getting real about brainpower, **Fortune**, december v. 11.

Wah, L. (1999). Making knowledge stick, *Management Review*, may, p. 24-9.

Wernerfelt, B. A. (1984). Resource-Based View of the Firm. *Strategic Management Journal*, v. 5, p. 171-180, 1984.